

Entendimento e força: Sobre um aspecto fundamental da filosofia da natureza na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Wolfgang Neuser¹

RESUMO: Trata-se de uma consideração em torno do capítulo "Força e Entendimento", da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel; mais especificamente, da concepção de matéria aí em jogo. Para isso, o autor descreve as linhas gerais da concepção kantiana e da concepção schellinguiana da matéria, apresentando-as como pressupostos da concepção hegeliana da estrutura da matéria. Assim, o texto se inicia com (1) algumas notas sobre o conceito de entendimento e (2) sobre o conceito de força em geral na *Crítica da Razão Pura* de Kant; seguem-se (3) algumas notas sobre a constituição da matéria nos *Primeiros Princípios metafísicos da Ciência da natureza* de Kant e (4) as tentativas de Schelling – não posteriores a 1803 – de descrever o início de uma filosofia da natureza, tendo em vista a construção do conceito de matéria. Finalmente, o autor desenvolve (5) algumas observações sobre a estrutura do capítulo "Força e Entendimento" da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel.

Palavras-chave: Kant, Schelling, Hegel, Entendimento, Força, Matéria

ABSTRACT: This is an account on the chapter "Force and Understanding" in the *Phenomenology of the Spirit* of Hegel, more specifically, the conception of matter at stake here. For this, the author describes the lines of Kantian and Schellingian conception of matter, showing them as assumptions of Hegelian conception of the structure of matter. Thus, the text begins with (1) some notes on the concept of understanding and (2) the concept of force in general in the *Critique of Pure Reason* in Kant, is followed by (3) some notes on the formation of matter in *First Metaphysical Principles of Science of the nature* of Kant and (4) attempts to Schelling - not later than 1803 - to describe the beginning of a philosophy of nature in order to build the concept of matter. Finally, the author develops (5) some observations on the structure of the chapter "Force and Understanding" of the *Phenomenology of the Spirit* of Hegel.

Keywords: Kant, Schelling, Hegel, Understanding, Force, Matter

I. Apresentação

No racionalismo francês e no empirismo inglês dos séculos XVII e XVIII, os pensadores apresentaram diferentes modelos sobre a concepção do entendimento. Galileu, Descartes, Espinosa, Leibniz, por exemplo, recusam os modelos escolásticos segundo os quais a concepção de mundo é uma questão de lógica: a correção do entendimento evadida pelas teorias. Os fatos empíricos são integrados no pensamento da casuística como uma subordinação à lógica ou à teoria lógica. Os pensadores racionalistas formulam a teoria do entendimento, segundo a qual em primeiro lugar as estruturas teóricas decidem sobre a correção do entendimento, mas estas teorias

1. Professor da Universität Kaiserslautern. Agradeço a Luiz Carlos Bombassaro pelo aperfeiçoamento estilístico da versão preliminar deste texto. Texto submetido em dezembro de 2008 e aprovado para publicação em janeiro de 2009.

diferem das teorias escolásticas se consideramos o papel da lógica². No século XVII, na Inglaterra, pensadores empiristas, como Hobbes, Hume, Locke e outros, acentuaram em primeiro lugar o papel da percepção ou experiência para o entendimento. Segundo estes pensadores a matéria, a natureza ou o mundo tem prioridade sobre as estruturas teoréticas. O entendimento só é uma estrutura deduzida ou uma forma de percepção do mundo.

Estas posições dos pensadores racionalistas e dos pensadores empiristas marcam a situação metodológica das ciências naturais no final do século XVIII, quando Kant tratou de resolver a oposição entre ambas. Para ser breve, segundo a teoria de Kant, existe um pressuposto lógico para o entendimento das estruturas empíricas do mundo, i.e., a razão. Schelling e Hegel tomam isto como ponto de partida para desenvolver seus pensamentos. Eles perguntam como é possível compreender que o entendimento e a matéria são idênticos. Hegel discute este problema na *Fenomenologia do Espírito*.

Nesta investigação eu pretendo descrever um aspecto central da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, o qual se encontra no capítulo intitulado "força e entendimento". Neste capítulo, Hegel descreve como se forma o entendimento e como o entendimento constitui os primeiros conceitos fundamentais de uma teoria filosófica da matéria. O primeiro aspecto desta reflexão é a seguinte pergunta: Qual é o sentido do conceito de entendimento? Para que possamos entender bem esse importante capítulo da *Fenomenologia* hegeliana³, penso que deveríamos saber antes alguns fatos, daquilo que poderia ser considerado o segundo plano da filosofia da natureza na Alemanha no início do século 19. Neste sentido, eu gostaria de dividir os assuntos desta investigação em cinco partes:

1. Algumas notas sobre o conceito entendimento na *Crítica da Razão Pura* de Kant;
2. Algumas notas sobre o conceito força em geral na *Crítica da Razão Pura* de Kant;
3. Algumas notas sobre a constituição da matéria nos *Primeiros Princípios metafísicos da Ciência da natureza* de Kant;
4. As tentativas de Schelling – não posteriores a 1803 – de descrever o início da uma filosofia da natureza, tendo em vista a construção do conceito de matéria;
5. Finalmente, quero fazer algumas observações sobre a estrutura do capítulo "força e entendimento" da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel.

2. W. NEUSER, O silogismo e a Matemática na ciência natural durante o Renascimento, in: L. C. BOMBASSARO, J. PAVIANI. *Filosofia, Lógica e Existência*. EDUCS, Caxias do Sul, 1997.

3. Ver também, H.G. GADAMER, Die verkehrte Welt, in: H.F. FULDA, D. HENRICH. *Materialien zu Hegels Phänomenologie des Geistes*, Frankfurt a.M. 1973, p. 106-130.

No meu modo de entender, nesse capítulo Hegel trata criticamente de dois assuntos da filosofia na Alemanha do seu tempo:

1. Como pode se dar a constituição da matéria na fundação última dos conceitos;
2. e como se dá a constituição do entendimento.

A tese de Hegel é a de que o modo pelo qual se constitui o entendimento também é o modo pelo qual tem início o funcionamento dos conceitos fundamentais da matéria. Além disso, esse mesmo processo mostra como a constituição da matéria é uma coisa para a nossa consciência.

II. O conceito de entendimento em Kant

Em Kant existem três faculdades do conhecimento que agem entre si de modo a permitir que o mundo possa ser conhecido. Essas três faculdades são: a intuição, o entendimento e a razão. Para Kant, o conhecimento do mundo é uma capacidade humana. Temos estruturas lógicas que fazem com que possamos conhecer o mundo. Por isso, o entendimento é importante para nós. O entendimento consiste na capacidade que temos de analisar e de construir conceitos.

O entendimento constrói relações entre as diferentes determinações dos objetos. Estas relações não se encontram nos objetos, mas são inerentes à capacidade do entendimento. O entendimento produz relações que são reunidas num conceito. Este conceito é uma projeção da sensibilidade como objetos externos. As relações não são produzidas pela percepção; elas são antes uma atividade do entendimento. O entendimento somente tem a capacidade de produzir uma síntese *a priori*.

Enquanto dada *a priori* a unidade sintética do múltiplo das intuições é portanto o fundamento da identidade da própria apercepção, que precede *a priori* todo o meu pensamento determinado. A ligação não se encontra, porém, nos objetos e não pode ser quicá tirada dos mesmos pela percepção e deste modo primeiramente acolhida no entendimento, mas é unicamente uma operação do entendimento, que nada mais é senão a faculdade de ligar *a priori* e de submeter o múltiplo das representações dadas à unidade da apercepção. Este é o princípio supremo de todo conhecimento humano.⁴

O entendimento liga a multiplicidade da imaginação no conceito. O objeto é a coisa, que reúne a multiplicidade em um conceito. Só essa reunião consciente da multiplicidade forma as estruturas lógicas do objeto. Assim, a unidade analítica da apercepção é consequência da identidade da consciência. Como afirma Kant:

Com referência ao entendimento, o princípio supremo do mesmo é: todo o múltiplo da intuição está submetido às condições da unidade sintética

4. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden, São Paulo: Abril cultural, 1974, B 135f.

originária da apercepção. Na medida em que nos são *dadas*, todas as múltiplas representações da intuição estão submetidas ao primeiro princípio; na medida em que têm que poder ser ligadas numa consciência, todas essas mesmas representações estão submetidas ao segundo princípio. Com efeito, sem isso nada pode ser pensado ou conhecido, pois as representações dadas não teriam em comum o ato da apercepção *eu penso*, e desse modo não seriam reunidas numa autoconsciência. Falando de modo geral, *entendimento* é a faculdade de *conhecimentos*. Estes consistem na referência determinada de representações dadas a um objeto. *Objeto*, porém, é aquilo em cujo conceito é *reunido* o múltiplo de uma intuição dada. Ora, toda reunião das representações requer a unidade da consciência na síntese delas. Conseqüentemente, a unidade da consciência é aquilo que unicamente perfaz a referência das representações a um objeto, por conseguinte a sua validade objetiva e portanto que se tornem conhecimentos, e sobre o que enfim repousa a própria possibilidade do entendimento.⁵

Deste modo, podemos dizer que para Kant o entendimento é a unidade da capacidade do pensamento que forma a unidade da experiência. O pensamento é a soma dos conceitos do entendimento. Esta unidade é transcendental e, por isso mesmo, ela não é subjetiva mas sim objetiva e necessária para a experiência. A unidade dos conceitos e dos juízos resulta das categorias. A unidade dos conceitos e dos juízos é produzida pelas categorias. Mas, nas categorias existe uma outra unidade: a unidade das idéias, que vincula os juízos às categorias. A soma das idéias é a unidade da razão⁶.

Com essa breve descrição, que é somente uma recapitulação da *Crítica da Razão Pura* de Kant, está apresentado o programa kantiano para explicar a idéia da natureza, a cosmologia. Na concepção kantiana da cosmologia existe uma unidade formal, que é a soma das atividades do entendimento, a força em geral. A *força em geral* é uma abstração da lei geral que é abstraída pelo entendimento. Esta concepção de Kant será o programa que Hegel desenvolverá no seu capítulo sobre "força e entendimento" na *Fenomenologia do Espírito*. Mas, antes de tratar especificamente disto, gostaria de descrever como Kant formula o seu procedimento para explicar a *força em geral*.

III. O conceito de força em geral em Kant

Para Kant, o conceito de *força em geral* é uma generalização do conceito de lei da natureza e também do conceito de entendimento. Na última parte desta minha investigação, tentarei fazer uma reconstrução do conceito de entendimento como *força em geral*. Agora quero mostrar como o conceito de força pode ser generalizado. O entendimento opera como se a idéia de natureza fosse um objeto. O conteúdo que é pensado na idéia é a lei. Por causa disso, é que o entendimento compreende somente aqueles objetos que podem ser pensados como a unidade de suas relações causais. O entendimento é idêntico à idéia da natureza de ser causal. Para o entendimento, a pretensão de uma unidade é necessária e objetiva. Por causa desta função

5. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, op. cit., B 137.

6. W. NEUSER, *Natur und Begriff*, Stuttgart/Weimar 1995, p. 115 s.

do entendimento, a razão aspira unificar a multiplicidade das diferentes forças, como a força da gravitação, a força da eletrodinâmica, etc., bem como as diferentes forças de diferentes corpos⁷. Ela vai mostrar a identidade ou aquilo que é comum na multiplicidade das diferentes forças. A consequência disso é a hipótese da uma *força em geral*. A *força em geral* é uma unidade hipotética da razão, que deveria ser considerada como causa para a construção de algumas regras e princípios para a experiência. Neste sentido, o entendimento é, portanto, a capacidade de produzir uma unidade da percepção num objeto.

Todavia, se se presta atenção ao uso transcendental do entendimento, mostra-se que essa idéia de uma força fundamental em geral está destinada ao uso hipotético não meramente como problema, mas pretende ter uma realidade objetiva pela qual é postulada a unidade sistemática das diversas forças de uma substancia e é estabelecido um princípio apodíctico da razão. Com efeito, sem que tenhamos uma só vez tentado encontrar a unidade das várias forças e descobrir até quando, após todas as tentativas, falhamos em descobri-la, pressupomos, não obstante, que deve ser possível encontrar uma tal unidade; isso dá-se não unicamente em virtude da unidade da substancia tal como no caso indicado, mas mesmo onde são encontrados vários casos embora em certo grau congêneres, tal como na matéria em geral a razão pressupõe uma unidade sistemática de forças diversas, uma vez que leis particulares da natureza estão sob leis mais gerais e que a economia de princípios torna-se simplesmente não um princípio econômico da razão, mas lei interna da natureza.⁸

Nesta passagem da *Crítica da Razão Pura*, a intenção de Kant foi a de mostrar que existe um princípio transcendental da razão, segundo o qual a natureza dos objetos e da razão tende sistematicamente para uma mesma unidade, uma unidade objetiva e necessária. A força é a causa da substância e a multiplicidade é a soma numérica de cada uma das forças que foram reduzidas comparativamente a uma força em geral. A força em geral é, assim, uma consequência da reunião das diferentes forças.

A idéia de uma *força fundamental*, cuja existência a Lógica de modo algum pode descobrir, é pelo menos o problema de uma representação sistemática da multiplicidade das forças. O princípio lógico da razão requer realizar tanto quanto possível esta unidade; e quanto mais os fenômenos de uma ou outra força forem encontrados como idênticos entre si, tanto mais provavelmente nada mais constituirão que expressões diversas de uma e mesma força, que (comparativamente) pode denominar-se sua *força fundamental*. Do mesmo modo proceder-se à com as forças restantes⁹.

Esta unidade não é uma lei especial da natureza, mas sim sua lei intrínseca. É uma identidade objetiva da natureza e a natureza mesma é a essência do entendimento. Ou seja, ela é uma identidade sistemática.

As forças fundamentais comparativas, por sua vez, têm que ser confrontadas entre si para, mediante o descobrimento da sua unidade, aproximá-las de uma única força fundamental radical, isto é, absoluta. Está unidade

7. W. NEUSER, *Natur und Begriff*, op. cit., , p. 120 ss.

8. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, op. cit., B 677ff, p.121..

9. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, op. cit., B 677, p.121.

da razão é, todavia, simplesmente hipotética. Não se afirma que uma tal unidade tem que ser encontrada de fato, mas que se tem que a procurar em benefício da razão, ou seja, para erigir certos princípios para as diversas regras que a experiência nos fornece, e onde factível introduzir deste modo uma unidade sistemática no conhecimento¹⁰.

Neste sentido, o conceito de força que emerge destas reflexões é uma conseqüência de uma série de abstrações de uma força em geral e ideal. Esta força representa a unidade da natureza enquanto unidade do entendimento. E, ao mesmo tempo, também descreve a lei do entendimento como um campo do efeito causal na natureza. Este programa de Kant é um programa da filosofia e da física newtoniana apresentado, por exemplo, na formulação de D'Alambert.

O programa de Hegel no capítulo "Força e Entendimento" está orientado por essas reflexões de Kant. Por isso, ele pode ficar mais claro e ser melhor entendido se tivermos presente as conseqüências que o próprio Kant tirou disso na construção da sua concepção de matéria na obra *Primeiros Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Essas reflexões, juntamente com as idéias de Schelling sobre o conceito de matéria, irão servir de fundamento para as análises que serão apresentadas por Hegel.

IV. O conceito de matéria nos *Primeiros Princípios metafísicos da ciência da natureza* de Kant

Segundo Kant, o princípio de tudo o que é objeto dos sentidos é o movimento. Só o movimento pode ser percebido ou perturbar os sentidos. O entendimento reduz todas as determinações da matéria existentes na natureza ao movimento. Assim, a ciência da natureza, seja ela pura ou aplicada, trata do movimento. Os princípios e a construção dos conceitos da natureza são partes da doutrina metafísica do movimento. O esquema, de acordo com o qual o sistema metafísico é completo, encontra-se na tábua das categorias apresentada por Kant. Desta tábua de categorias fazem parte a qualidade, a quantidade, a relação e a modalidade.

Tais categorias determinam tudo aquilo que se pode pensar da matéria, tudo aquilo que se pode chegar a saber, tudo aquilo que pode ser construído na matemática. Consideradas essas categorias, existem quatro modos de fazer uma descrição da natureza: pela disciplina da quantidade, que é a Foronomia; pela disciplina da qualidade, que é a Dinâmica; pela disciplina da relação, que é a Mecânica e pela disciplina da modalidade, que é a Fenomenologia¹¹.

Destas reflexões segue-se que a matéria é dotada de uma estrutura

10. I. KANT, *Crítica da Razão Pura*, op. cit., B 679, p.121.

11. Ver: W. NEUSER, Die Methoden der Naturwissenschaften im Spiegel der frühen Naturphilosophie Schellings, em: W. Ch. ZIMMERLI, K. STEIN, M. GERTEN. "Fessellos durch die Systeme". *Frühromantisches Naturdenken im Umfeld von Arnim, Ritter und Schelling*, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1997, 2. Minha argumentação obedece: I. KANT, *Primeiros Princípios metafísicos da ciência da natureza*. Tradução de Artur Morão, Rio de Janeiro, Edições 70, 1990, Prefácio, p. 13-22.

especial, constituída por duas forças: a atrativa e a expansiva. Se não existisse a força atrativa mas somente a força expansiva, a matéria desmoronaria. Por isso, ambas as forças precisam estar em perfeito e constante equilíbrio. De acordo com Kant, este é o primeiro movimento da matéria, o movimento que faz com que a matéria exista¹².

Também Schelling apresentou, antes de 1798, uma concepção dos princípios da natureza que se tornaria muito relevante para as reflexões de Hegel. Para Schelling, a constituição da natureza se dá de acordo com a auto-reflexão do espírito. Antes de 1803, Schelling já havia apresentado três concepções diferentes, que eu quero aqui descrever rapidamente.

Embora Hegel não tenha recebido fundamentalmente as duas últimas concepções, ele recebeu um ensaio de Schelling intitulado *Allgemeine Deduktion* (Dedução Geral), escrito durante a fase da filosofia da identidade de 1801, no qual Schelling descreve a constituição da matéria.

V. A concepção de matéria em Schelling

Em Kant existe uma razão capaz de fundar a unidade do conhecimento, bem como a unidade da natureza: a unidade do "Eu", cuja estrutura é garantida somente pela sua espontaneidade em criar conceitos.

Esta unidade é uma imagem do espelho da unidade da natureza e do mundo. O "Eu" é a estrutura geral que caracteriza o sujeito em geral. Schelling argumenta, com Fichte, que deste modo pode-se deduzir os fenômenos especiais da natureza diretamente da unidade do "Eu". A natureza é simplesmente uma reflexão direta do espírito sobre suas próprias características, i.e., sobre si mesmo. Assim, a *Selbstanschauung* ou a auto-intuição ou a intuição da mente mesma é considerada uma possibilidade para a obtenção das quatro subdivisões da física, que Kant havia descrito na obra *Primeiros Princípios metafísicos da ciência da natureza*.

Cabe aqui salientar dois pontos: Em primeiro lugar, a reflexão do espírito sobre si mesmo traz à tona o conceito do objeto do conhecimento. Schelling afirma que esta reflexão leva em conta a natureza morta ou inanimada ou seja, a física e a dinâmica. Posteriormente, o espírito toma a si mesmo como objeto de reflexão. O espírito produz assim uma auto-reflexão. Este tipo de reflexão é característico dos seres animados.

Independente de podermos afirmar se a dedução de Schelling está bem construída, está claro que ele pretende com isso explicar a unidade do espírito, mesmo se ele não pode demonstrar a unidade da natureza. Schelling tratou especificamente desse assunto até 1798 em seus escritos *Ideen zu einer Philosophie der Natur* (*Idéias para uma Filosofia da Natureza*) e *Weltseele* (*A alma do mundo*). Entre 1798 e 1800, Schelling tentou mais

12. Para mais detalhes sobre o conceito, ver I. KANT, *Primeiros Princípios metafísicos da ciência da natureza, op. cit.*, p. 25-27.

vez formular uma explicação para a unidade da natureza¹³. Ele argumentou que a natureza é uma auto-produção homogênea e que ninguém pode, antecipadamente, frear sua produção. Mesmo quando se quer frear sua produção, a produção de fenômenos ocorre. Ao defender esta concepção, Schelling apresenta duas idéias fundamentais:

1. A natureza pode ser vista como uma organização que se (re)produz contínua e indefinidamente. Ou seja, a produção da natureza pode ser pensada, mas é impossível descobrir as estruturas dessa produção. Mesmo quando se quer frear a ação da natureza, assim mesmo ocorre a auto-reprodução.
2. Este é o modelo apresentado na eletrodinâmica de Euler. Segundo Euler, um éter homogêneo pode produzir fenômenos se ele for perturbado por um pedaço de ferro, por exemplo.

Como o próprio Schelling afirma, de acordo com essa concepção pode-se explicar a unidade da natureza, mas não a unidade do espírito. Por isso, depois de 1800, Schelling formula uma nova concepção na qual relaciona ambos os modelos apresentados anteriormente. Então, terá início uma nova etapa na filosofia de Schelling, a *Identitätsphilosophie* (Filosofia da identidade)¹⁴. De acordo com essa nova concepção, natureza é a tentativa de reproduzir os fenômenos da natureza, como ela de fato é, construindo a natureza como uma organização que se reproduz a si mesma.

Na *Allgemeine Deduktion* (Dedução Geral) de Schelling, o modelo conceitual da natureza como uma determinação indeterminada, o absoluto, é constituído por dois princípios. A matéria, e conseqüentemente também a natureza, deveria ser então concebida como um movimento de duas forças contrárias, que constituem o conceito, o absoluto e conseqüentemente a matéria. O fenômeno ou a aparição dos objetos na mente é o resultado de uma interação entre uma força positiva e uma força negativa. A força negativa é a força que torna possível a existência do mundo. Ou seja, a força negativa é constitutiva para a formulação de uma teoria sobre o mundo. Diferentes forças negativas formam os vários graus das coisas existentes no mundo. A força negativa não pode ser deduzida empiricamente. Só a força positiva é dedutível empiricamente.¹⁵

A concepção de natureza de Hegel já foi descrita antecipadamente na obra *Ideen zu einer Philosophie der Natur* (*Idéias para uma Filosofia da*

13. W. NEUSER, *Naturwissen. Überlegungen zum Einfluß der Naturwissenschaften auf Schellings frühe Naturphilosophie, von 1797 bis 1799*. Inédita.

14. Ver: W. NEUSER, *Theoretischer Hintergrund für die Rezeption der Kabbala in der Romantik: Am Beispiel von Novalis: Die Lehrlinge zu Sais*. in: Ch. SCHULTE; E. GOODMAN-THAU, *Kabbala in der Romantischen Literatur*, Tübingen 1998.

15. F. W. J. SCHELLING, *Ideen*, 1797, XXXV. F. W. J. SCHELLING, *Weltseele*, 1798, 26. Ver W. NEUSER, *Die Methoden der Naturwissenschaften im Spiegel der frühen Naturphilosophie Schellings*, in: W. CH. ZIMMERLI, K. STEIN, M. GERTEN: "*Fessellos durch die Systeme*". *Frühromantisches Naturdenken im Umfeld von Arnim, Ritter und Schelling*, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1997, p. 14.

Natureza) publicada por Schelling em 1797¹⁶. Schelling escreveu, que é necessário investigar o princípio dos conceitos. Para ele, a origem dos conceitos está nos sentidos. Nossa imaginação das coisas é que tem materialidade, que é a interação das forças. Ela é a imaginação do objeto e isto é uma explicação do entendimento¹⁷. Deste modo, força é uma expressão do conceito no entendimento. Na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel isto aparecerá como uma citação da obra *Ideen (Idéias para uma Filosofia da Natureza)* de Schelling.

VI. A estrutura do capítulo "força e entendimento" da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel

Considerada em primeiro plano, a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel está dividida em três partes. Na primeira parte Hegel trata da sensibilidade; na segunda, do entendimento; e, na terceira, da razão. O capítulo "força e entendimento" é o segundo da terceira parte. À primeira vista, esta subdivisão se parece com a divisão da faculdade do conhecimento apresentada na por Kant na *Crítica da Razão Pura*.

Mas em Hegel, mais que em Kant, podemos encontrar o desejo de descrever a capacidade de conhecer simultaneamente a formação ou a gênese do mundo. Esta é a diferença entre o idealismo subjetivo de Kant e o idealismo absoluto de Hegel. Deste modo, no texto de Hegel, existem dois níveis de descrição: um trata da gênese do entendimento; o outro trata da gênese do objeto. Ambos os níveis são somente faces diferentes da mesma moeda.

O texto de Hegel tem duas partes, nas quais ele descreve dois aspectos diferentes do desenvolvimento do conceito de "matéria" e do conceito de entendimento também. Em cada uma destas partes, encontramos várias explicações para o movimento que constitui o conceito. Ou seja: a argumentação de Hegel está muito próxima da argumentação de Kant e Schelling. Hegel argumenta de maneira tal que a "matéria" constituirá uma parte da consciência como uma estrutura do entendimento.

Para Hegel, matéria é somente um conceito. "Um dos momentos aparece pois como essência posta de lado, como meio universal ou como o subsistir das 'matérias' independentes. Mas a independência dessas matérias não é outra coisa que esse meio"¹⁸. A matéria é a multiplicidade segundo o modo da reflexão do entendimento. A consequência disso é a porosidade pura da matéria. Também o movimento entre universalidade e multiplicidade é uma força, a força de exteriorização da unidade na multiplicidade. Este é um conceito de força que já existe em Leibniz e muitos

16. F. W. J. SCHELLING, *Ideen*, 1797, p. 181 ss. W. NEUSER, *Natur und Begriff*, Stuttgart/Weimar 1995, p. 167.

17. F. W. J. SCHELLING, *Ideen*, 1797, 181-184. W. NEUSER, *Natur und Begriff*, Stuttgart/Weimar 1995, p. 167s.

18. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses com a colaboração de Karl-Heinz Effen, Petrópolis, Vozes, 1992, p. 97.

autores do Renascimento. Mas a exteriorização solicita uma outra força, porque por primeiro a universalidade volta-se para fora; portanto uma força e as coisas multiplicadas têm interações, que são um tipo de força física, que se chamam as forças solicitadas. Esta exteriorização e as interações dentro deste contexto constituem a lei primeira, que descreve basicamente a constituição do mundo.

Resulta daí que o conceito de força se torna efetivo através da duplicação em duas forças e [o modo] como se torna tal. Ambas essas forças existem como essências para si essentes; mas sua existência é um movimento tal, de uma em relação à outra, que seu ser é antes um puro ser-oposto mediante um outro; isto é: seu ser tem, antes, a pura significação do desvanecer¹⁹.

Esta constituição da matéria não tem realidade, no sentido de que exista como um objeto independente da consciência. Esta "matéria" é o conceito da matéria. E nós deveríamos demonstrar como se dá o desenvolvimento do entendimento. A lei primeira situa-se no nível do entendimento. O fenômeno ou, em alemão, *Erscheinung*, a aparência, é a exteriorização da estrutura do entendimento. Ainda que esta seja uma estrutura do entendimento, a consciência considera esta estrutura como objetiva, isto é, um "puro Além"²⁰. Ela é vazia, porque o "puro Além" não tem realidade. Para o entendimento, este jogo de forças (da primeira lei) é a lei da existência da matéria.

Assim, nessa mudança absoluta, não há nem força, nem solicitar ou ser-solicitado, nem a determinidade do meio subsistente e a unidade em si refletida, nem algo singular para si, nem diversas oposições. Pois o que aí unicamente existe é a diferença como universal, ou como uma diferença tal que as múltiplas oposições ficaram a ela reduzidas.

Esta diferença como universal é, portanto, o simples no jogo da força mesma, e o verdadeiro desse jogo. A diferença é a lei da força.²¹

De acordo com esta lei, existem principalmente fenômenos como a gravitação, a eletricidade, etc. Como leis principais elas são identificadas com o "puro Além", que é dado como realidade. O "puro Além" é um tipo de concepção de uma estrutura da matéria que sua fonte na matéria e simultaneamente no entendimento. Dentro da multiplicidade existem forças especiais, onde se situa a segunda lei. Esta lei é diferente da primeira lei. A segunda lei assinala a contraposição das forças principais dentro da multiplicidade. A segunda lei trata das estruturas da matéria como uma segunda abstração. Ela não trata da existência pura das forças, mas dos tipos de reação das forças.

A segunda lei, sem dúvida, é também uma lei, ou um ser interior igual-a-si-mesmo; mas é antes uma igualdade-consigo-mesma da desigualdade – uma constância da inconstância²²

19. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 101.

20. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 103.

21. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 105..

22. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 111.

Esta lei, por um lado, descreve fenômenos também descritos na obra *Ideen* de Schelling, como a complementaridade de (entre) oxigênio e hidrogênio²³, fenômenos da polaridade ou polarização. Por outro lado, esta segunda lei representa o nível mais abstrato do entendimento. A duplicidade do mundo é um mundo transsensível (que está para além do sensível) e o aparecido é o interior do entendimento. Este âmbito da lei segunda é o âmbito da necessidade, da contraposição da interioridade e da exterioridade. Neste âmbito existe uma infinidade de determinações da multiplicidade das coisas. Assim a infinitude, que é o tema central do início das reflexões de Hegel, reflete a infinitude no interior da multiplicidade das coisas do mundo.

Neste capítulo da *Fenomenologia*, Hegel descreve a constituição fundamental do entendimento e sua reflexão na constituição da matéria. Com isso, eu espero ter tornado claros alguns aspectos centrais deste importante capítulo da *Fenomenologia*, embora eu não tenha feito uma descrição da história do conceito de força. Hegel escreveu:

Nós vemos que no interior do fenômeno o entendimento na verdade não experimenta outra coisa que o fenômeno mesmo. Não o fenômeno do modo como é jogo de força, mas sim, o jogo de forças em seus momentos absolutamente universais, e no movimento deles: de fato o entendimento só faz experiência de si mesmo. A consciência, elevada sobre a percepção apresenta-se concluída junto com o supra-sensível através do meio-termo do fenômeno, mediante o qual divisa esse fundo [das coisas]²⁴.

No final do capítulo, Hegel é levado a tratar do conceito de razão para refletir a consciência-de-si-mesmo. Pelo fato de que o entendimento só pode refletir sua interioridade, isto é, o "puro Além" como um exterior e como um interior, o entendimento não pode descrever a estrutura-de-si-mesmo. Esta será a tarefa da razão, o tema do capítulo seguinte da *Fenomenologia do Espírito*.

23. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 112.

24. G.W.F. HEGEL, *Fenomenologia*, p. 117.